

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 07/05/2015

- [Unicef alerta para falta de proteção de meninas vítimas de abusos no Paraguai](#)
- [Jovens negros são mais vulneráveis à violência no Brasil, mostra relatório](#)
- [Aumento da apreensão de jovens revela higienização para megaeventos, diz Alerj](#)
- [Impressora 3D salva crianças com doença respiratória](#)
- [Deputado pede força tarefa contra exploração sexual de menores de idade](#)
- [Jovem negro tem 2,5 vezes mais chance de ser morto, diz relatório](#)
- [Crianças de Irlanda e Reino Unido são mais obesas da Europa, diz estudo](#)

Assunto: Unicef alerta para falta de proteção de meninas vítimas de abusos no Paraguai

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 07/05/2015



O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) alertou para a falta de proteção das meninas vítimas de abusos sexuais no Paraguai, no momento em que se discute o caso de uma garota, abusada pelo padrasto, que engravidou aos 10 anos.

"No Paraguai, há, todos os dias, duas meninas com idades entre 10 anos e 14 anos dão à luz", disse Andrea Cid, integrante do Unicef no país.

"Esses casos são consequência de abusos sexuais e, na maioria das situações, são repetidos em relação aos quais as vítimas não recebem a proteção oportuna e apropriada", explicou a especialista das Nações Unidas.

Na sua opinião, por detrás desta situação dramática há um problema de política pública: o reduzido orçamento destinado à educação no Paraguai, um fator que agrava a vulnerabilidade das garotas.

"Enquanto outros países da região reservam 7% a 8% do seu orçamento para a educação, o Paraguai não ultrapassa os 4%", o que resulta "numa infância sem proteção, em perigo permanente."

O mais recente escândalo, revelado em abril, está relacionado à gravidez de uma garota de 10 anos, abusada pelo marido da mãe.

Grávida de 23 semanas, a menina está atualmente no hospital onde é assistida por médicos, psicólogos e psiquiatras.

O padrasto, Gilberto Benitez Zarate, de 42 anos, é procurado pela polícia, e a mãe foi detida, acusada de negligência e obstrução à Justiça, após ter prestado falsas informações sobre o marido.

Assunto: Jovens negros são mais vulneráveis à violência no Brasil, mostra relatório

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 07/05/2015



Jovens grafiteiros do DF criam um painel com o tema Juventude Negra e a Paz

Dados do relatório *Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014* mostram que a população negra entre 12 anos e 29 anos é a principal vítima da violência. O estudo, divulgado hoje (7), mostra que os estados onde o jovem negro corre mais risco de exposição à violência estão na Região Nordeste. Alagoas tem o maior coeficiente do Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ) – Violência e Desigualdade Racial, medido numa escala de 0 a 1.

Em seguida, Paraíba, Pernambuco e Ceará são classificados como tendo muito alta vulnerabilidade, de acordo com o levantamento feito pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Ministério da Justiça e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil. Entre as unidades da Federação com coeficientes abaixo de 0,3 estão São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais e o Distrito Federal.

O indicador inédito incorpora na dimensão da violência a desigualdade racial e mostra que a cor da pele e o risco de exposição à violência estão relacionados. O índice será usado pelo Plano Juventude Viva, que tem o objetivo de reduzir a vulnerabilidade de jovens negros, para orientar políticas públicas.

O secretário nacional de Juventude, Gabriel Medina, disse que a violência em Alagoas já havia sido diagnosticada, o que levou o governo federal a iniciar, pelo estado, a implantação do Juventude Viva. Para ele, a vulnerabilidade da população negra está ligada a uma questão histórica e, apesar dos avanços alcançados, a desigualdade ainda é estrutural. “Essas melhoras não foram suficientes ainda para que a gente criasse uma igualdade entre brancos e negros. Ainda são os negros que ganham menos no mercado de trabalho, que têm menos acesso às políticas públicas e estão sujeitos a maiores dificuldades sociais encaradas no país.”

O relatório traz ainda comparativos específicos sobre as taxas de homicídio de negros e brancos. “Os jovens negros no Brasil são duas vezes e meia mais vítimas de homicídio do que o jovem branco”, alerta a diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno. Em algumas localidades, a proporção chega a 13 vezes, como é o caso da Paraíba. “[Isso] revela um quadro agudo e extremamente grave”, acrescenta. Em segundo lugar em relação aos homicídios de jovens negros está Pernambuco, onde o risco é de 11,57 vezes maior, seguido de Alagoas com um coeficiente de 8,75. O Paraná é o único estado onde a vulnerabilidade relacionada ao homicídio é maior para os brancos, 71,2.

Para mudar esse cenário, o secretário nacional de Juventude defende medidas de combate ao preconceito racial. “Temos estados em que a situação é mais grave, portanto [há] a demanda de apresentação de uma política, não só de uma política que chegue ao território, mas uma política que consiga também ter um enfoque de combate ao racismo.”

Outro índice apresentado no relatório é o IVJ – Violência, que existe desde 2008 e também é medido numa escala de 0 a 1. Para esta edição, foram analisados 288 municípios com mais de 100 mil habitantes. Os índices mais altos estão, mais uma vez, no Nordeste onde, entre os 59 locais analisados, mais de 20 têm coeficientes altos. Para Samira, um conjunto de fatores leva a este resultado. “São as condições socioeconômicas dessa população. São normalmente territórios com Índice de Desenvolvimento Humano mais baixo, com problemas de evasão escolar, renda per capita extremamente baixa. São territórios que, em geral, concentram uma série de indicadores socioeconômicos piores que o da média brasileira.”

A região com mais localidades analisadas foi a Sudeste, onde os coeficientes foram os mais baixos. No total, 139 municípios foram avaliados, dos quais 19 foram classificados de "muito alta vulnerabilidade à violência entre jovens".

Com relação à efetivação das ações do Juventude Viva, o secretário nacional de Juventude admite que existem dificuldades no monitoramento, pois o pacto é feito com os estados e depois com municípios. Segundo ele, uma nova fase do programa está sendo elaborada e a ideia é que, ao contrário do que ocorre hoje, o governo federal tenha mais participação nas diretrizes de segurança pública, atribuídas atualmente, aos estados.

“Essa fase prevê uma PEC [Proposta de Emenda à Constituição] da Segurança Pública que atribui à Federação mais responsabilidades em organizar um sistema nacional que englobe toda uma estrutura nacional que corresponsabiliza o governo federal com os estados e municípios pelo enfrentamento da violência e pela discussão de segurança pública”, destacou.

Para Gabriel Medina, a elaboração de indicadores como o IVJ são essenciais para aprimorar o trabalho da secretaria. “Precisamos ter índices e indicadores para que a gente possa enfrentar. Se a gente não trabalha com eles, muitas vezes, nós não conseguimos aferir resultados nos programas e iniciativas do governo.”

Assunto: Aumento da apreensão de jovens revela higienização para megaeventos, diz Alerj

Fonte: Agência Brasil EBC

Data: 07/05/2015



A Comissão do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), divulgou hoje (6) relatório que aponta crescimento de 40% no número de adolescentes apreendidos e encaminhados ao Departamento-Geral de Ações Socioeducativas (Degase), no município do Rio, durante a Copa do Mundo de 2014. No dia 4 de julho de 2013, o Degase registrava 1.005 adolescentes e, um ano depois, o número saltou para 1.487.

Para a Alerj, o crescimento no número de apreensões de jovens revela uma política de higienização do espaço urbano da cidade nos períodos próximos de megaeventos. Para a comissão, os jovens levados para unidades de internação, muitas vezes, não tiveram oportunidades e foram removidos compulsoriamente para locais de privação de liberdade que se assemelham a prisões.

"A única resposta do Estado aos adolescentes em conflito com a lei é a aplicação das medidas de internação, e não a criação de oportunidades para que possam crescer com dignidade", disse o integrante da comissão Taiguara Souza.

Para elaborar o relatório, membros da comissão visitaram locais de privação de liberdade, como unidades prisionais, delegacias de polícia, unidades socioeducativas e hospitais psiquiátricos.

De acordo com Taiguara Souza, as penitenciárias estão superlotadas. Os detentos estão com problemas graves de saúde e não têm acesso a trabalho e educação. Segundo ele, a prática de tortura ainda é uma ferramenta utilizada pelo Estado para obter obediência do preso.

Para ele, o mais grave é que "41% dos presos poderiam estar respondendo seus processos em liberdade e estão presos ainda provisoriamente, superlotando os cárceres e aumentando os problemas humanitários desses locais que, lamentavelmente, não têm a atenção devida do Poder Público".

Segundo Souza, o Estado não prioriza ações preventivas nem políticas sociais que possam atingir a raiz do problema. Ele relatou que, em 1990, 18% dos presos do Brasil tinham situação provisória. Em 2014, o percentual subiu para 41%, o que equivale a cerca de 233 mil pessoas. "É dever do Estado assegurar que essas pessoas respondam a seus processos em liberdade para gerar condições menos desumanas nas prisões", enfatizou.

Para o deputado estadual Marcelo Freixo, do PSOL, a prática da tortura ainda é sistemática e permanente. "Como você não tem uma política pública para o sistema penitenciário, uma

política de ressocialização, uma política de acompanhamento do cumprimento das penas, você tem uma prática de tortura generalizada. Então, ter um mecanismo que fiscalize, que vá às unidades, que produza um documento que informa a todas as autoridades, sem dúvida alguma, é um inibidor dessas práticas", disse.

O presidente da Alerj, Jorge Picciani (PMDB), ressaltou que "não há nada mais perverso, cruel e desumano do que a tortura".

Assunto: Impressora 3D salva crianças com doença respiratória
Fonte: Portal Andi
Data: 07/05/2015



Um estudo publicado na revista Science Translational Medicine mostrou a importância da tecnologia da impressão em 3D também para a saúde. Médicos americanos foram capazes de salvar a vida de três crianças que sofrem de uma doença respiratória fatal, graças à produção de implantes personalizados que foram inseridos dentro deles. Três bebês com traqueobroncomalácia, transtorno maligno que provoca o colapso da traqueia, tiveram talas aplicadas que lhes permitiram recuperar e respirar normalmente. Embora a técnica ainda não tenha sido aprovada pelos reguladores federais nos Estados Unidos, esses dispositivos personalizados, criados por uma impressora 3D, receberam uma exceção médica de emergência para estes casos particulares e ainda são considerados de alto risco. A primeira criança a receber o tratamento foi Kaiba Gionfriddo, que tinha três meses quando fez a cirurgia, em 2012. As outras duas crianças tinham cinco e 16 meses quando foram submetidas à operação. Os três passam bem e não sofreram complicações. “Esta é a primeira cura para a doença”, afirmou o autor principal do estudo, Glenn Green, professor da Universidade de Michigan. Cerca de uma em cada 2 mil crianças nasce com traqueobroncomalácia em todo o mundo. Uma vez que não conseguem exalar completamente, a traqueia das crianças fica propensa a entrar em colapso e o único tratamento é a sedação e cuidados intensivos. No entanto, existem complicações e as infecções são frequentes. No campo da tecnologia 3D dentro da saúde, já são fabricados aparelhos auditivos, implantes dentários e algumas próteses.

Assunto: Deputado pede força tarefa contra exploração sexual de menores de idade

Fonte: Agência Câmara

Data: 07/05/2015



Arnaldo Jordy: os municípios do Marajó e o estado do Pará, isoladamente, são insuficientes para resolver este problema.

A violência e a exploração sexual de menores de idade na Ilha do Marajó, no Pará, foi tema de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara nesta quarta-feira.

O autor do requerimento para realização do encontro, deputado Arnaldo Jordy (PPS-PA), entende que uma força tarefa envolvendo os três níveis de governos se faz necessária para ao menos amenizar o problema. "Os municípios do Marajó e o estado do Pará, isoladamente, são insuficientes para resolver este problema. É preciso uma força tarefa

que, eu sugiro, seja formada pelos governos federal, estadual e municipais, para que a gente possa encontrar soluções que, pelo menos, amenizem a gravidade da vulnerabilidade de crianças e adolescentes, no arquipélago do Marajó."

Pior IDH

A Ilha do Marajó é das regiões de menor qualidade de vida do Brasil. O município de Melgaço, que faz parte do arquipélago, tem o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País e dos 24 mil habitantes da cidade, 12 mil não sabem ler nem escrever, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com a representante da Comissão de Justiça e Paz da igreja católica, irmã Henriqueta Cavalcanti, a elevada pobreza da população da ilha acaba sendo fator determinante para crianças e adolescentes se prostituírem tão cedo. "A exploração se dá em troca de alimento, de um litro de óleo diesel, de R\$ 2 e as vezes de um prato de comida. Então, esse é o diferencial que existe hoje, entre as crianças da Ilha do Marajó e as crianças do restante do estado do Pará".



Irmã Henriqueta: a elevada pobreza da população da ilha é fator determinante para crianças e adolescentes se prostituírem tão cedo.

Outros estados

Durante a audiência, também foram discutidas situações semelhantes que ocorrem nos estados da Paraíba e de Goiás.

Na opinião do procurador do Ministério Público do Trabalho da Paraíba, Eduardo Varandas, o tema da exploração sexual ainda é visto de forma preconceituosa pela sociedade. "Ainda existe aquela chaga muito machista e de proteção do adulto. A menina vítima de exploração sexual é, na verdade, a vilã, a prostituta. Isso precisa mudar, a criança e o adolescente em situação de vulnerabilidade precisam ser superprotegidos, como manda a Constituição da República. As pessoas precisam mudar a mentalidade. Muitas vezes a criança é explorada na pracinha ou em frente à delegacia e ninguém faz nada."

Segundo dados do Departamento de Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, em 2014 houve 22 mil denúncias de violência sexual contra menores, o que representa 25% de todas as denúncias envolvendo a violação de direitos e liberdades de menores.

Assunto: Jovem negro tem 2,5 vezes mais chance de ser morto, diz relatório

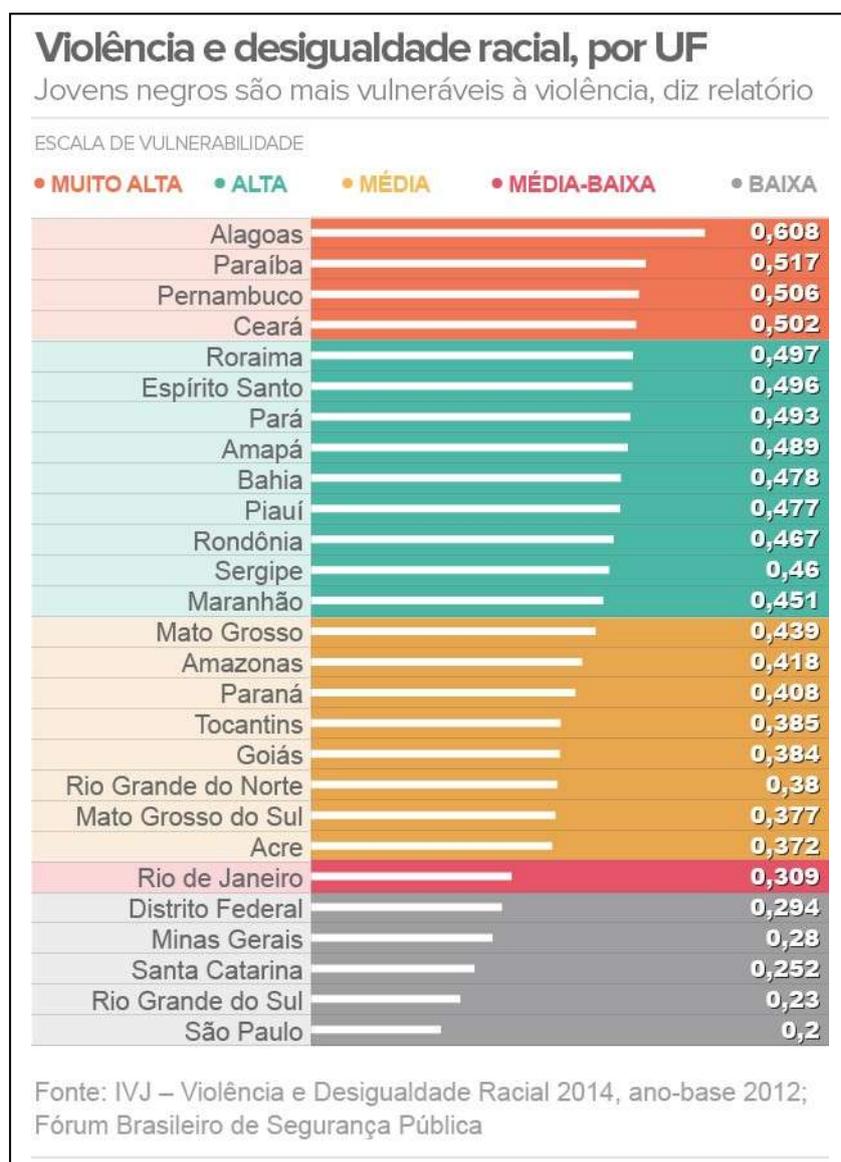
Fonte: Portal G1 PE

Data: 07/05/2015



Novo índice sobre vulnerabilidade racial foi divulgado pela Presidência. Segundo estudo, jovens negros são as principais vítimas da violência.

Jovens negros são as principais vítimas da violência e têm 2,5 vezes mais chances de serem assassinados no Brasil do que jovens brancos, segundo relatório divulgado nesta quinta-feira (7) pela Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República, em Brasília.

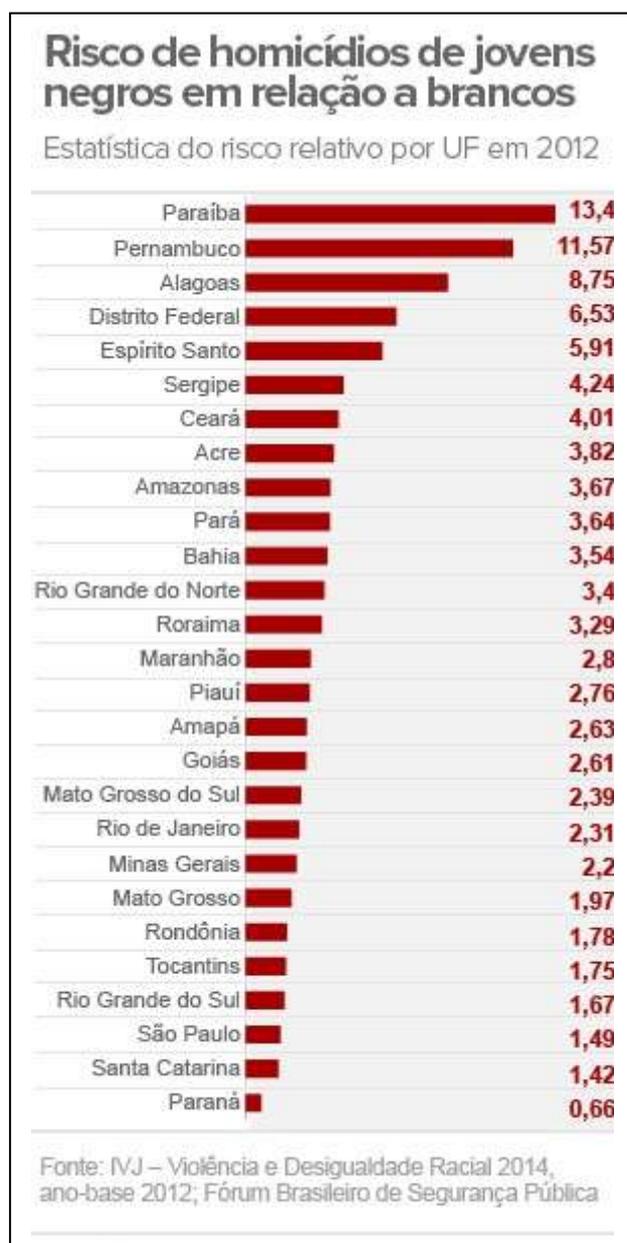


Os dados fazem parte do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014, elaborado em parceria da secretaria, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Ministério da Justiça e o escritório da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) no Brasil. Os dados utilizados são de 2012.

De acordo com o levantamento, em todos os estados brasileiros, exceto o Paraná, os negros, que incluem pretos e pardos, com idade de 12 a 29 anos, correm mais risco de exposição à violência, ou seja, estão mais vulneráveis que os brancos (que incluem brancos e amarelos), na mesma faixa etária.

O relatório traz um índice inédito, que mostra que a cor da pele dos jovens está diretamente relacionada ao risco de exposição à violência. O cálculo leva em conta mortalidade por homicídios e acidentes de trânsito, frequência à escola e situação de emprego, pobreza no município e desigualdade.

Com relação à vulnerabilidade, Alagoas é o estado com maior índice, seguido da Paraíba, Pernambuco e Ceará. São Paulo tem a menor, junto de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e Distrito Federal.



Homicídios

Levando em conta somente o critério de homicídios, a Paraíba é o estado com maior risco relativo aos jovens negros. No estado, um jovem negro tem 13,4 vezes mais chance de ser assassinado do que um jovem branco. Pernambuco possui a segunda maior taxa (11,57).

O Paraná é a única unidade da federação onde um jovem branco corre mais risco de ser assassinado que um jovem negro. O DF tem baixa vulnerabilidade, mas uma das maiores taxas de desigualdade na mortalidade entre jovens negros e brancos.

Com relação a 2007, houve agravamento em 21 das 27 unidades da federação, diz o relatório, com exceção de Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná.

O Nordeste é a região com maior distância entre a taxa de homicídios de jovens negros e brancos. Em 2012, foram assassinados 87 negros para cada grupo de 100 mil jovens negros na região, contra 17,4 jovens brancos para cada grupo de 100 mil jovens brancos.

O Sudeste tem a menor taxa de homicídios de jovens negros. Ainda assim, ela é 49,1% superior à taxa de homicídios entre jovens brancos. O Piauí foi o estado em que o

índice mais cresceu (25,9% de 2007 a 2012). O Rio de Janeiro teve a maior queda (43,3%).

Os dados de homicídios foram obtidos no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde.

Municípios

Cabo de Santo Agostinho (PE) foi a cidade mais vulnerável à violência. O município em melhor situação era São Caetano do Sul (SP), com índice 0,174, o mais baixo verificado.

A Região Nordeste possui o maior número de municípios com "alta" e "muito alta" vulnerabilidade juvenil à violência, englobando 35 das 59 cidades avaliadas neste grupo.

O estudo incluiu todos os municípios com mais de 100 mil habitantes nas 27 unidades da federação, o que corresponde a 288 cidades e 107 milhões de habitantes (pouco mais de 55% da população brasileira).

Entre os municípios analisados, 24 estão na Região Norte, 59 no Nordeste, 139 no Sudeste, 48 no Sul e 18 no Centro-Oeste.

Segundo o governo, o novo indicador será utilizado pelo Plano Juventude Viva, da Secretaria Nacional de Juventude, para orientar políticas públicas de redução da violência contra jovens no país.

Assunto: Crianças de Irlanda e Reino Unido são mais obesas da Europa, diz estudo

Fonte: Diário de PE

Data: 07/05/2015



As crianças obesas seguiram em 56% a escolaridade normal de ao menos 12 anos, contra 76% em crianças não obesas.

Irlanda e do Reino Unido são, ao lado da Albânia, os maus alunos da Europa em matéria de sobrepeso e obesidade infantil, segundo um estudo publicado nesta quinta-feira durante o Congresso Internacional de Obesidade em Praga.

A pesquisa é baseada em fatos diferentes sobre o estado nutricional de crianças de zero a cinco anos em 32 países europeus, que revelam uma grande diferença entre os estados e "significativas taxas de sobrepeso e obesidade em muitos países", segundo comunicado dos organizadores da conferência.

A Irlanda lidera as estatísticas com 27,5% das crianças menores de cinco anos com sobrepeso ou obesos, seguida pelo Reino Unido (23,1%), Albânia (22%), Geórgia (20%), Bulgária (19,8%) e Espanha (18,4%).

Entre os países com menores índices figuram República Tcheca (5,5%), Bélgica (7%) e Suécia (8%), enquanto França (11,4%) e Itália (10,2%) aparecem no meio da tabela.

Um adulto ou uma criança tem sobrepeso quando seu Índice de Massa Corporal (IMC) supera os 25 kg/m². A obesidade aparece a partir dos 30 kg/m².

O médico João Breda, autor do estudo e membro do escritório regional da Organização Mundial de Saúde (OMS) na Europa, lembra que uma intervenção antes dos cinco anos de idade é "necessária para conter a trajetória das crianças até o sobrepeso" e trabalha neste sentido por coletar sistematicamente dados sobre a situação.

Por ocasião da mesma reunião, um outro estudo, feito com 9.000 crianças em idade escolar, sugere que as crianças obesas são mais propensas a parar prematuramente os estudos em comparação aos outros estudantes.

As crianças obesas seguiram em 56% a escolaridade normal de ao menos 12 anos, contra 76% em crianças não obesas.

Esta tendência, que afeta crianças obesas de todas as classes sociais e de qualquer origem, poderia ser explicada pelo estigma que elas sofrem por parte de seus colegas, explica a autora do estudo, Emilia Hagman, do Instituto Karolinska, em Estocolmo.

De acordo com projeções que a OMS apresentou em Praga, a Europa vai enfrentar uma epidemia de obesidade adulta antes de 2030.